CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

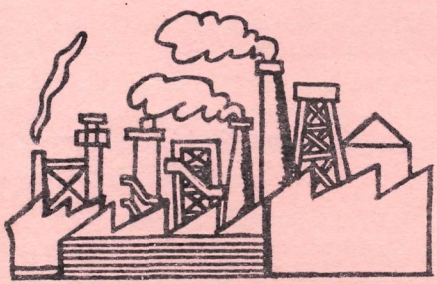
Projeto: Recuperação do acervo da ORM – Política Operária

DUAS EXPERIENCIAS DOS METALURGICOS BAHIANOS:

OS CASOS CESMEL E AÇOS DO BRASIL

Publicação do CEPAS – Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Sindical,
publicado em: 1985
Documento digitalizado em: 18.09.2010
Fonte: Acervo Pery Falcón

duas experiências dos metalúrgicos baianos:



os casos

CESMEL e

AÇOS do BRASIL

a convenção 87 da oit

uma publicação do
cepas - centro de estudos, pesquisas e assessoria sindical
caixa postal 7003 pituba
salvador - ba

SUMÁRIO

Apresentação. 1
Duas experiências dos metalúrgicos baianos:
1. O caso CESMEL 2
2. O caso AÇOS DO BRASIL 10
ANEXO:
A Convenção 87 da OIT 16

O CEPAS é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do movimento sindical na Bahia, particularmente através da produção e divulgação de uma literatura de formação sindical básica, acessível aos trabalhadores.

APRESENTAÇÃO

A recente expansão do parque industrial baiano teve como conseqüência a concentração de um significativo contigente de operariado urbano na região metropolitana de Salvador. No seu dia a dia, essa massa operária tem acumulado inúmeras experiências de luta e de resistência contra as relações de trabalho que lhe são impostas. Mas pouco ou quase nada existe de registros escritos dessas experiências.

Na Bahia, desconhece-se uma literatura especializada que, do ponto de vista do interesse dos trabalhadores, dê conta das relações capital X trabalho vigentes entre nós. Esta lacuna não mais se justifica, quando o operariado baiano dá os primeiros passos para emergir, como classe, no cenário político. Foi o que se verificou no movimento reinvindicativo de agosto/setembro do corrente ano. Primeiro, os eletricitários paralizaram as suas atividades, reivindicando melhorias salariais, em seguida, os metalúrgicos da CARAÍBA METAIS fizeram o mesmo; ao mesmo tempo, os têxteis do CIA estiveram em permanente mobilização pela renovação do acordo salarial. Finalmente, o movimento culminou com a greve geral dos trabalhadores do PÓLO PETROQUÍMICO que pela primeira vez paralizou aquele complexo industrial.

Os CADERNOS DO CEPAS representam uma pequena parcela de contribuição para o preenchimento dessa lacuna. É seu objetivo divulgar documentos de interesse do movimento sindical e abrir espaço para a análise e divulgação das experiências mais significativas do movimento operário na Bahia. Esperamos que o surgimento destes Cadernos estimule outros setores a também darem a sua contribuição para o surgimento de uma literatura especializada, voltada para os interesses dos trabalhadores na Bahia.

Setembro de 1985

1. O CASO CESMEL

Um dos mais importantes episódios das lutas dos trabalhadores metalúrgicos da Bahia, no período 78/80, é o da CESMEL. É também um dos episódios onde a frieza dos patrões, a cumplicidade das autoridades constituídas e a complacência da Justiça do Trabalho, se somaram da maneira a mais perversa contra os interesses dos trabalhadores.

A EMPRESA

CESMEL S/A — INDÚSTRIA METALÚRGICA, localizada no km 7,5 da Rodovia BR-324 (Pirajá). Atividades principais: projeto, fabricação e montagem de estruturas metálicas; calderaria. Acionista majoritário: ULISSES BARBOSA FILHO, atual presidente do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DO ESTADO DA BAHIA.

Trata-se de uma das mais antigas indústrias metalúrgicas da Bahia. Começou a funcionar em 1958, num barraco de madeira no bairro de Caminho de Areia, e cresceu vertiginosamente. Tanto que, alguns anos depois, se transferiu para o Pirajá (Brasilgás), onde montou modernas instalações, numa área construída de 14.000m^2.

Em 1976, ano em que possivelmente começou o seu declínio, a Empresa contava com 360 empregados na produção e 62 na administração, sem contar a mão de obra de firmas empreiteiras. Nesse ano a CESMEL já estava trabalhando com apenas 50% de sua capacidade instalada. Mesmo assim, mantinha a sua liderança no setor de estruturas metálicas na Bahia.

A taxa de lucro da CESMEL era alta. O balanço do exercício de 1975 acusou um lucro líquido de cerca de 15% sobre o valor do seu patrimônio. CLEMILDES NUNES, membro da atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, trabalhou na CESMEL desde 1974. Primeiro, através de empreiteira MORENO. Depois, a partir de 1975, como empregado da CESMEL, na função de encarregado da área de pintura. Ele recorda-se bem dessa fase áurea da Empresa:

"A CESMEL era uma Empresa boa. Pagava bem. Eu viajava muito, com a turma de montagem externa. Em algumas cidades, quando a gente chegava, éramos logo conhe-

cidos como "a turma da CESMEL", porque as diárias eram boas e a gente se hospedava bem. Hoje, muitos companheiros tem saudades daquela época".

Mas esta bondade da CESMEL não era gratuita. Os patrões não costumavam dar nada de graça aos seus empregados. A CESMEL exigia produção e para isso chegava mesmo a se utilizar de apelos demagógicos. Sem esconder a sua revolta pelo que mais tarde veio a ocorrer, CLEMILDES prossegue em suas lembranças:

"ULISSES BARBOSA, dono da CESMEL, gostava de apelar para a demagogia ao falar com os empregados. Certa vez eu o vi quase se ajoelhar nos pés dos empregados, pedindo pelo amor de Deus que ajudassem a CESMEL pois só assim ele poderia ajudar aos trabalhadores. Os trabalhadores correspondiam, dando duro na produção. Os lucros eram bem elevados. Nós que trabalhávamos na montagem externa — eu, Toninho, Paulo Afonso, Maneco, Brandão, e outros que não se metiam muito no movimento — nós tínhamos acesso a dados que mostravam os elevados lucros. Mas

em 1980, quando iniciou a parada, o Sr. ULISSES nunca mais pisou os pés na fábrica. Os trabalhadores foram deixados a sua própria sorte".

Em 1980, quando se deu a greve e posterior fechamento da fábrica, a Empresa contava com 179 empregados na produção e 21 na administração. Computando-se os dependentes, cerca de 700 pessoas.

A CRISE

Em 1978, a situação da CESMEL começou a se modificar. As relações da Empresa com os seus empregados já não eram as mesmas. Começou a ocorrer muita confusão administrativa. Alguns contratos de fornecimentos importantes passaram a não ser cumpridos. Os trabalhadores não entendiam bem o que se passava. O relato do Clemildes ilustra esta situação:

"O fracasso começou em 1976, quando Ulisses colocou o seu filho, LUIS ALBERTO BARBOSA, como diretor da fábrica. Era um incompetente. Muitas obras foram perdidas por causa dele. Logo que a CESMEL fechou, em 1980, ele colocou um anúncio no jornal, procurando emprego. Mas já existia uma firma de alumínio aberta para ele, em Minas Gerais".

"Existia uma outra empresa de propriedade do Ulissses, a COFER. Esta empresa era a fornecedora de ferro para a CESMEL. Sabia-se que havia uma jogada aí, pois a COFER faturava o mesmo material duas ou três vezes, e a CESMEL pagava".

"Em 1978, a coisa se agravou quando o grupo J. TORQUATO

entrou como sócio da CESMEL. Soube-se que outro grupo, a CIAN também entrou na história, mas a gente desconfiava que era um grupo fantasma porque, lá dentro, ninguém conhecia nada sobre ele".

"Quando a CESMEL fechou, disseram que foi porque a J. TORQUATO não efetuou o pagamento da compra da sociedade. Durante a crise, quando a gente reclamava os salários atrasados, diziam que a CESMEL não tinha dinheiro. Mas isso era conversa fiada. O grupo do ULISSES BARBOSA é forte. Além da CESMEL daqui, da sua participação na COFER e da firma de alumínio que abriu para o seu filho em Minas, ele tem uma outra fábrica em Recife, também chamada CESMEL."

"Outro motivo do fracasso da CESMEL, foram as irresponsabilidades do Engo. RAIMUNDO SAMPAIO, responsável técnico. Ele assinava os contratos das obras, tomava adiantado parte do pagamento e depois abandonava a obra."

A NEGOCIATA

Na verdade, o que estava por trás da crise da CESMEL era a tentativa de uma grande negociata. Tanto que, mais tarde, o caso CESMEL passaria a ser conhecido como o maior "crime do colarinho branco" dos últimos anos na Bahia.

Em 1978, a CESMEL planejou multiplicar por 4 o seu capital social, sem que um tostão fosse desembolsado pelos donos da Empresa. O dinheiro viria de empréstimos vantajosos do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil. Para que este ambicioso plano fosse implementado, seria necessário um projeto de expansão das atividades, em associação com um grupo econômico de fora.

Nesta fase é que entra na história o empresário carioca, Raimundo Saboia Pessoa, presidente do grupo J. TORQUATO COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A, com sede no Rio de Janeiro. Este grupo é integrado pelas seguintes empresas: CIAN – COMPANHIA DE AÇOS DO NORDESTE (Recife); COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS (Rio de Janeiro); e COMPANHIA PARAIBANA DE METAIS (Paraíba).

Sendo proprietário de 80% do capital da CESMEL, Ulisses Barbosa Filho, assinou com o grupo J. Torquato um termo de compromisso que estabelecia o seguinte:

– Ulisses se comprometia a elevar o capital social da CESMEL de 20 para 80 milhões;

– o direito de subscrição das ações resultantes deste aumento de capital era transferido ao grupo J. TORQUATO, por Ulisses;

– o grupo J. Torquato se comprometia a subscrever integralmente as ações resultantes do aumento de capital;

– o dinheiro necessário para isto, seria obtido pelo grupo J. Torquato junto ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil, mediante a apresentação de um projeto de expansão das atividades e aumento do número de empregados da CESMEL.

Através do acordo acima, a J. TORQUATO assumiu a direção da CESMEL. Os empréstimos foram realmente obtidos e em montante bem superior ao previsto na transação: 46 milhões no Banco do Nordeste e 71 milhões no Banco do Brasil. Com uma única diferença: nenhum tostão foi aplicado na CESMEL.

Deve ser notado que estamos falando sempre de dinheiro a preços de 1978. Para se ter uma idéia de quanto isto representaria hoje, multiplicar os valores citados por 150 (aprox., jul/85).

A GREVE

O ano de 1979 foi crítico para os trabalhadores da CESMEL. Neste ano começou o seu calvário, que iria ter uma trágica conclusão em maio de 1980.

Já em janeiro de 1979, começaram os atrasos de pagamento. Os trabalhadores se mobilizaram e pressionaram a empresa, conseguindo a normalização do pagamento. A partir de junho/79, os atrasos passaram a ser constantes. Por três meses seguidos, os trabalhadores receberam apenas vales. Os trabalhadores apelaram para o Sindicato, mas a diretoria do mesmo não tomou nenhuma providência. A Empresa continuou atrasando os pagamentos: pagava uma semana, um mês, mas não quitava os salários atrasados. As vezes, quem tinha salário mais alto, recebia apenas 50%.

De agosto a novembro, os pagamentos foram mais ou menos normais. Em dezembro, não pagaram o 13º A paciência dos trabalhadores estava terminando e todos se dirigiram em massa ao Sindicato. O clima de revolta era visível. Pressionados, os patrões pagaram o 13º e mantiveram os pagamentos mais ou menos normais até abril/80. Em maio o pagamento não saiu. No fim do mês, a Empresa deu um vale de apenas 500 cruzeiros a cada empregado. Os trabalhadores decretaram greve e pararam a fábrica.

Nesta época, existia na CESMEL um grupo de operários ligados à OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA. O grupo era formado por Clemildes, Fernando, Paulo Afonso, o Vigilante e outros. Foi este grupo que liderou a parada.

PRINCIPAIS MOMENTOS DA GREVE, RELEMBRADOS POR CLEMILDES

"Quando em 1979 começaram os atrasos de pagamento, nós começamos a mobilizar o pessoal para levantar a cabeça. Na Empresa trabalhavam quatro membros da diretoria do Sindicato: Jorge, Cesar Florêncio, Carlindo e Normando. Esse pessoal não mechia uma palha. Ao contrário, o que fazia era apontar a gente. Eu, por exemplo, fui chamado várias vezes ao escritório para receber advertências".

"Com a continuidade dos atrasos, tentamos pressionar o sindicato para assumir o movimento. Mas o seu presidente, o Manoel Santos, não tomou nenhuma providência.

"Quando o pagamento não saiu em maio, o clima de revolta era muito grande. Partimos para a greve independentemente do Sindicato. O grupo avançado era formado por cerca de 10 pessoas, 5 trabalhavam comigo e 4 trabalhavam na metalurgia. Combinamos que, se o pagamento não saisse, pararíamos a fábrica. O Vigilante ficou encarregado de tocar a sirene, dando o sinal para o início da greve. Após estes acertos, partimos para fazer o trabalho boca a boca".

"Cerca de 6 companheiros, ligados a administração da Empresa, disseram que não parariam em hipótese alguma. Os companheiros mais exaltados defendiam que, se necessário, deveria ser usada violência para obrigá-los a pararem. Eu duvidava de um companheiro (um coroa) que trabalhava no almoxarifado. Quando ficou confirmado que o pagamento não ia sair de forma nenhuma, o Vigilante fez soar a sirene da fábrica. O companheiro do almoxarifado foi o primeiro a parar e trancar o almoxarifado. Não foi preciso usar de violência contra nenhum companheiro. A paralisação foi total".

"Logo após a parada, chamamos a Oposição Sindical para dirigir o movimento. Eu, Benjamin, Edlauro, Alcides e outros companheiros da Oposição, fizemos uma assembléia sem a presença do Sindicato e aí foi decidido que só se voltaria ao trabalho quando o pagamento saísse."

"O pessoal da Oposição atuou bastante, se virou durante a parada. Fizemos manifestações, passeatas, faixas. A Oposição acompanhou os trabalhadores em todos os contatos com as autoridades."

"O Sindicato, dirigido pelo Manoel Santos, em quase nada ajudou o movimento. Melhor dizendo, só fez atrapalhar, amaciando as coisas ou acusando os membros da Oposição".

"Logo no início, um ponto crítico foi a sustentação financeira dos grevistas e seus familiares. A Oposição lançou um bônus para arrecadar recursos na população. Esta campanha deu um bom dinheiro mas não foi suficiente para garantir uma longa paralisação. Mais tarde, fomos acusados de desviar o dinheiro arrecadado com estes bônus, por pessoas ligadas ao Manoel Santos."

"No começo da parada, o Sindicato se comprometeu a mandar uma feira para os grevistas. Fiz parte da Comissão que ficou encarregada da compra dos mantimentos e da sua distribuição. Para a primeira compra, o dinheiro foi fornecido sem problemas. Para a segunda, só saiu a pulso. Depois, o Sr. Manoel Santos publicou no jornal do Sindicato que estava fornecendo leite e comestíveis durante todo o período da greve."

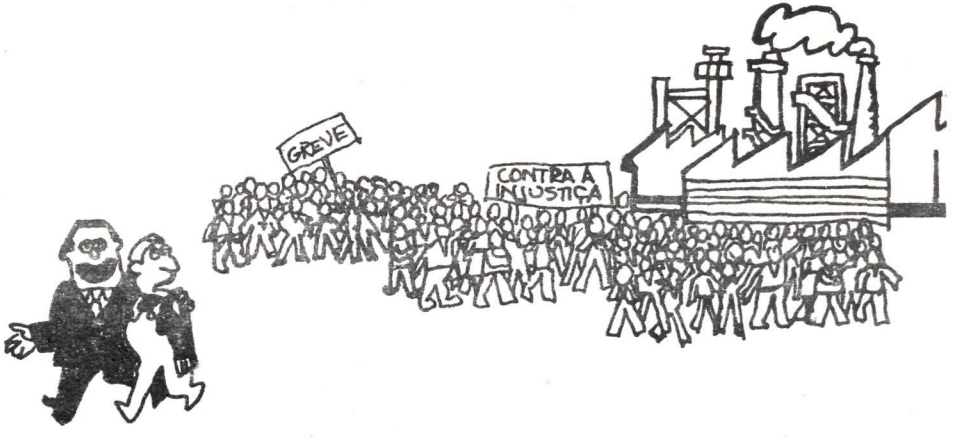
"Tentamos várias vezes sensibilizar as autoridades. Tivemos várias reuniões com o Sr. IVANILSON TRINDADE, Delegado Regional do Trabalho. Fomos à Secretaria de Bem Estar Social e à Secretaria do Trabalho. O Secretário do Trabalho, na época, era o Sr. MANOEL CASTRO, atual prefeito de Salvador. Fizemos duas reuniões com ele, e em nada adiantou. Ele só sabia nos dizer que a CESMEL era uma em-

presa privada, e o Estado não poderia intervir, que o primeiro passo deveria ser dado pela diretoria da CESMEL".

"Em todos os contatos que mantivemos com as autoridades, não se notava nenhuma boa vontade em resolver o problema dos trabalhadores. Numa das audiências na Justiça do Trabalho, o Juiz da 1ª Junta teve a petulância de dizer: — vamos respeitar o Sr. Ulisses Barbosa, pela pessoa que ele é. Todos os trabalhadores estavam lá e isto foi dito à frente dos trabalhadores. O pessoal saiu revoltado. Voltamos a procurar a Secretaria do Trabalho, e o Sr. Manoel Castro se recusou a nos receber sem a presença do Presidente do Sindicato. Fomos caçar o Manoel Santos e quando chegamos lá, acompanhado por ele, só ouvimos a mesma enrolada de sempre".

"Logo que decretamos a greve, os patrões abandonaram a fábrica. O Sr. Pimentel, diretor financeiro, apareceu algumas vezes para dialogar. Depois, também sumiu, porque os ânimos começaram a se acirrar. Como ele não tinha nenhuma solução para apresentar, os trabalhadores sentiram na pele que a coisa estava ficando preta e começaram a perder a paciência. Teve um momento em que quase atacaram o Pimentel. Pegaram o carro dele e queriam virar".

"Numa destas discussões com o Sr. Pimentel, ele disse que ia pagar, ia pagar, e que daria um murro na cara de quem duvidasse dele. Eu não consegui suportar tanto cinismo e respondi que, antes dele levantar o braço para dar o murro, eu enfiava uma peixeira nele. Logo depois desse incidente, apareceu um cara estranho lá, me procurando e perguntando o motivo das minhas ameaças a um diretor da Empresa. A minha resposta foi perguntar o que ele faria se visse os filhos dele passando fome. Ele não me deu nenhuma resposta e foi embora. Não sei se era da polícia ou intermediário, só sei que era estranho ao meio. Depois ficamos sabendo que ele veio porque o Carlos Figueredo, que trabalhava na área de finanças da CESMEL, comunicou o incidente a Polícia Federal. Hoje, este Carlos trabalha na Penitenciária Lemos de Brito. Não



houve nenhum outro caso de intervenção da polícia ou perseguição policial".

A QUESTÃO TRABALHISTA

A greve da CESMEL não teve fim. O vale de Cr$ 500 recebido no fim de maio/80, foi o último pagamento que os trabalhadores receberam da Empresa. Os salários atrasados, férias, 13º e demais direitos trabalhistas não foram pagos até hoje. Por isso, o caso CESMEL é também conhecido como o maior escândalo trabalhista dos últimos anos na Bahia.

Quando a greve foi decretada, os proprietários e responsáveis pela direção da CESMEL praticamente abandonaram a fábrica. Os trabalhadores em greve lá ficaram, não só para aguardar a solução do problema, como também para montar guarda e vigilância ao maquinário e demais instalações. No início, ficaram todos. Com o tempo, foram se esgotando as esperanças de uma solução favorável, por mais remota que fosse. Então, os trabalhadores foram se dispersando, cada um providenciando uma nova Carteira de Trabalho, para batalhar um emprego em outro lugar.

Um grupo de cerca de 10 trabalhadores, permaneceu acampado na fábrica até aproximadamente março de 1981. Nesta data, o Sindicato resolveu contratar vigilância para tomar conta das instalações. Só após isso, os últimos trabalhadores se retiraram.

A questão dos trabalhadores da CESMEL corre até hoje na Justiça do Trabalho. Muitos lances ocorridos durante esta questão não estão bem esclarecidos para os trabalhadores. Um deles é o da venda de algumas máquinas. Outro é o do leilão dos bens imóveis. Segue o relato do Clemildes:

"Quando começou a parada, eu procurei o Dr. Rui Patherson, advogado que dava assistência jurídica à Oposição. O Dr. Rui preparou uma procuração e eu levei para colher as assinaturas de todos os trabalhadores. Pretendíamos uma ação que possibilitasse a intervenção do Banco Nacional do Norte, que era o maior credor da CESMEL. Se o BNC interviesse. colocaríamos a fábrica para funcionar e ela estaria aberta até hoje. Isto era possível porque, nesta época, a CESMEL tinha muitos contratos de fornecimento assinados."

"Esta ação não chegou a ser iniciada, porque o Manoel Santos preparou outra lista para entregar a ação ao Dr. Messias, advogado do Sindicato. Circulou um boato dizendo que a nossa lista era coisa de comunistas, e o pessoal ficou receoso de assinar. João Procópio, soldador, foi um dos que apareceu com este papo, não sei se por falta de conhecimento ou por má fé. Na montagem, todos assinaram a lista da Oposição, na metalurgia só assinaram cerca de 10, que eram ligados à Comissão de Fábrica. Terminou prevalecendo a lista do Sindicato, sendo a ação entregue ao Dr. Messias."

Segundo os militantes da Oposição Sindical, os trabalhadores não confiavam no advogado do Sindicato, Dr. Messias. Ele era ao mesmo

tempo um advogado patronal, do Sindicato da Indústria da Construção Civil. Toda causa trabalhista que caia nas mãos dele era uma causa perdida. Quando a chapa de Oposição assumiu a direção do Sindicato, em fins de 1982, uma das primeiras medidas adotadas foi dispensar os serviços do Dr. Messias e contratar o advogado Rui Patterson para o seu lugar. Prossegue Clemildes:

"Em 1983, o Dr. Rui passou a ser o advogado do Sindicato e reativou o processo. Logo em seguida, ele conseguiu arrancar uma decisão judicial liberando o nosso FGTS e conseguindo que os bens da CESMEL fossem penhorados em nome dos empregados. Mas só alguns companheiros conseguiram receber o FGTS, porque a Empresa não havia depositado o dos demais".

"Quanto aos bens imóveis, em agosto de 83, a Justiça do Trabalho fez um leilão do terreno e do prédio e nem sequer comunicou ao Sindicato. Antes deste leilão, já tinha sido vendida por Cr$ 300.000 uma dobradeira que valia cerca de 7 milhões. O terreno e o prédio foram arrematados pela COELBA por 120 milhões. Este dinheiro encontra-se depositado em nome do Sr. Pimentel, como se ele fosse um empregado da CESMEL".

"O Dr. Rui entrou com pedido de embargo deste leilão, mas o atual Diretor Financeiro do Sindicato não liberou o dinheiro para o pagamento das custas do embargo, atrapalhando toda a ação até hoje. Depois de algum tempo, devido às divergências internas na atual Diretoria do Sindicato, o Dr. Rui foi demitido, porque ele tinha sido indicado por nós, da antiga Oposição Sindical. O processo hoje está sendo conduzido pelo Dr. Carlos Oliveira, novo advogado do Sindicato, que também é um profissional muito sério."

ULISSES GANHA 30 BI NA JUSTIÇA

Em junho de 85, a população baiana é surpreendida por impressionante notícia na imprensa (ver A TARDE de 6/6/85 e TRIBUNA DA BAHIA de 7/6/85). Por este noticiário, fica-se sabendo que a juíza MARIA ELEONORA CAJAHYBA, da 17ª Vara Civil da COMARCA DE SALVADOR, deu ganho de causa ao Sr. Ulisses Barbosa Filho, numa ação por este movida contra o grupo J. TORQUATO COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A. O motivo da ação foram os prejuízos incorridos pelo Sr. Ulisses, pelo fato da J. TORQUATO não ter cumprido o contrato na transação com a CESMEL. Valor da indenização ganha pelo Sr. Ulisses: 30 bilhões de cruzeiros, classificada pela imprensa como a "maior ação em valor que se tem conhecimento na justiça baiana".

Ou seja, o caso CESMEL continua acumulando medalhas no livro de recordes baiano: maior "crime do colarinho branco", maior escândalo trabalhista dos últimos tempos e. . . maior prêmio já pago a um patrão por deixar 700 famílias na miséria.

2. O CASO AÇOS DO BRASIL

Em 18 de junho de 1984, os trabalhadores da AÇOS DO BRASIL, entraram em greve, reivindicando a garantia dos seus direitos face à notícia de que a fábrica seria desativada. Esta greve durou 8 dias e resultou num acordo relativamente favorável aos trabalhadores. Os patrões, que negociavam em segredo a venda da Empresa para uma multinacional do sul do País, não contavam com uma reação dos trabalhadores.

A EMPRESA

AÇOS DO BRASIL S/A, localizada no Centro Industrial de Aratu, município de Candeias. Principais produtos: fitas de aço laminadas a frio e arame de aço trefilado. Em funcionamento desde 1972. Da mesma forma que a maioria das empresas que se instalaram no CIA, trata-se de subsidiária de empresa multinacional com sede no sul do país, no caso o grupo ELUMA.

A AÇOS chegou a ter um quadro de 600 empregados, nos seus primeiros anos de operação. Em 1976, a Empresa contava com cerca de 220 empregados, sendo 190 na produção. Em junho de 1978 foi desativado o setor de trefilação, tendo como consequência a demissão de 110 trabalhadores. Em julho de 1984, quando se deu a greve, a Empresa possuía 151 empregados.

Desde 1981, uma multinacional do sul do país – a ARMCO CORPORATION DO BRASIL, vinha tentando adquirir o controle acionário da AÇOS DO BRASIL. As negociações eram mantidas sob absoluto sigilo, para evitar que chegassem ao conhecimento dos trabalhadores. Em 1984, a produção da AÇOS começou a cair. A Empresa cedeu às pressões da ARMCO e fechou negócio. Só então os trabalhadores ficaram sabendo que a empresa estava sendo vendida.

Por que tanto segredo numa operação comum de compra de uma empresa por outra? Simplesmente porque a ARMCO pretendia desativar a AÇOS DO BRASIL, deixando aos trabalhadores e suas famílias apenas as consequências do desemprego. O que não está bem esclarecido é a política da multinacional ARMCO, que tempos atrás também adquiriu o controle acionário da EQUIPETROL. Logo que isto ocorreu, começou a circular notícias de que a EQUIPETROL também seria desativada.

OS TRABALHADORES

Por se tratar de uma Empresa relativamente nova, pouca experiência de luta e organização possuíam os trabalhadores da AÇOS DO BRASIL.

Almerindo, marceneiro, membro do Conselho Fiscal da atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, é um dos mais antigos trabalhadores da AÇOS DO BRASIL. Ao ingressar na Empresa, já possuía experiência de lutas sindicais:

"Entre 1958/1964 atuei no Sindicato da Construção Civil. Nesta época, o presidente do Sindicato era o ADELCIO ANDRADE, um pelego-reformista que não tinha um desempenho ao lado dos trabalhadores. Fizemos oposição a ele.

Ao entrar para a AÇOS DO BRASIL, Almerindo foi eleito para a CIPA. A Empresa não fornecia equipamento de proteção e segurança no trabalho. A alimentação e o transporte eram deficientes. Reivindicações relativas a estes pontos começaram a ser levantadas e discutidas com os trabalhadores. Em 1976, com a concordância dos patrões, foi criada uma Comissão de Fábrica, eleita livremente:

"Participei da CIPA e briguei bastante. Em 1976, ajudei a criar a Comissão de Fábrica, juntamente com o Costa, João Ferreira, Bily Gaucho, Leal e outros. Posteriormente, rompemos com o Leal, porque descobrimos que ele era um olheiro dos patrões. A Comissão surgiu baseada na necessidade de exigir material de segurança. Outros pontos eram a alimentação e transporte. A Comissão era formada por 11 pessoas, eleitas por um mandato de 2 anos. Ela se reunia periodicamente, com a presença de um representante da Empresa, o Pietro, ou com o próprio diretor da fábrica, o Sr. Manoel Cardoso."

O surgimento desse tipo de Comissão de Fábrica, consentida e até incentivada pelos patrões, ocorreu em outras fábricas do CIA nessa época, como por exemplo na FLUXOMAQ. Representa uma manifestação paternalista dos dirigentes da Empresa e, ao mesmo tempo, uma tentativa de controle das reivindicações e descontentamentos dos trabalhadores. Em junho de 1978, quando a AÇOS DO BRASIL desativou a trefilação, estes métodos paternalistas nas relações com os trabalhadores funcionaram, conforme relata Almerindo:

"Em junho/78, eu era vice-presidente da Comissão de Fábrica e

era considerado pela Empresa como um dos líderes. Fui chamado a diretoria e me expuseram que iam fechar a trefila porque não havia mais condições da Empresa manter aquele setor. Respondi que eles deveriam explicar o problema diretamente aos trabalhadores. Após isso chamei o pessoal e convoquei uma reunião no refeitório. Nesta reunião, o Manoel Cardoso, diretor da fábrica, fez um discurso explicando que a Empresa não tinha outra alternativa senão desativar o setor. Devido a passividade do pessoal, não foi possível nenhuma reação. O discurso do Manoel Cardoso convenceu a quase todos. Foram 110 demitidos".

A OPOSIÇÃO SINDICAL

Nessa época, atuava na categoria metalúrgica uma OPOSIÇÃO SINDICAL, tentando levantar os operários contra uma diretoria sindical que vinha se perpetuando no cargo desde o golpe militar de 1964. Pouco antes das eleições sindicais de 1979, a OPOSIÇÃO SINDICAL estabelece contato com os trabalhadores da AÇOS DO BRASIL. Este contato se deu inicialmente através da Comissão de Fábrica. Os boletins e panfletos da OPOSIÇÃO começaram a circular dentro da fábrica e aumentou a disposição de luta dos trabalhadores. Prossegue o relato:

"Vejo o surgimento da Oposição Sindical como uma decorrência do sofrimento da categoria. Os trabalhadores viviam à perigo, sem uma direção e o Sindicato dirigido por Manoel dos Santos não correspondia àquilo que os trabalhadores necessitavam. Quando um trabalhador procurava a diretoria do Sindicato para alguma reclamação, esta se comunicava logo com a Empresa e o trabalhador era demitido. Com o surgimento da Oposição, mudou o clima. Na AÇOS DO BRASIL esta mudança foi visível. Surgiram os boletins para serem distribuídos. Começamos a reunir, discutir, levantar pontos. Eu passei a incentivar o pessoal, a explicar a razão da Oposição. O pessoal correspondeu, interessando-se mais. O medo diminuiu".

No início do ano de 1984, a Comissão de Fábrica foi desativada. Dois motivos concorreram para isso. O primeiro foi que, nas últimas eleições, a direção da empresa forçou a inclusão de um representante do Departamento de Pessoal, que passou a fazer o jogo dos patrões dentro da Comissão. O segundo motivo foi o próprio processo de desarticulação dos grupos de fábrica ligados à OPOSIÇÃO SINDICAL, que ocorreu a partir de 1982, após a tomada do Sindicato pela chapa da Oposição.

A GREVE

Em julho de 1984, a ARMCO CORPORATION DO BRASIL finalmente conseguiu os seus propósitos de adquirir o controle acionário da AÇOS DO BRASIL, após 3 anos de tentativas. Todas as negociações foram conduzidas sob sigilo absoluto, sem que nada transpirasse para os trabalhadores. Nesse mês, o presidente da multinacional veio a Salvador para fechar o negócio. No dia 18/6/84, o fato foi oficialmente comunicado aos trabalhadores, conforme relata o Almerindo:

"O Sr. Olívio, diretor da AÇOS, me chamou em sua sala e lá me apresentou ao presidente da ARMCO, dizendo que eu era um diretor sindical responsável, consciente, e outros adjetivos elogiosos. Em seguida, me pediu para participar de uma reunião com a diretoria da Empresa, na parte da tarde. Nesta reunião, da qual participaram todas as chefias, foi exposto que a fábrica estava vendida à ARMCO e que seria fechada. Afirmaram que os operários não iam perder nada e que tudo seria feito com a participação do Sindicato".

Os patrões não contavam com uma grande reação dos trabalhadores, devido à experiência de 1978 quando a trefilação foi desativada. Conduziram o processo de venda em segredo, para evitar uma maior repercussão e esperavam que o fato consumado desarmasse os trabalhadores. Mas não foi isso o que ocorreu.

Em 28/6/84, os trabalhadores entraram em greve e ocuparam a fábrica. Formou-se uma Comissão de Greve, para dirigir o movimento e negociar com os patrões. A pauta de reivindicações aprovada pelos grevistas, continha dois pontos básicos: indenização adicional correspondente a 12 meses de salário, e garantia de assistência médica durante 12 meses, para todos os demitidos.

Notar que, embora a comunicação do fechamento da fábrica tenha sido feita no dia 18, a greve só foi deflagrada no dia 28. Ou seja, foram 10 dias de discussão e preparação do movimento, sem o conhecimento dos patrões. E a parada se deu num momento crítico para os patrões: justamente quando todos os trabalhadores seriam utilizados para fazer o inventário do estoque e bens patrimoniais para a entrega da fábrica.

PRINCIPAIS MOMENTOS DA GREVE, RELEMBRADOS POR ALMERINDO

"Ao sair da reunião com a diretoria da AÇOS, procurei logo levar o problema ao conhecimento do Sindicato. A reunião terminou às 18 hs. e não foi possível ir ao Sindicato no mesmo dia. Fui no dia seguinte, terça-feira, e não encontrei ninguém. Voltei na quarta-feira e consegui reunir com o Costa, Renildo, José Carlos e o Benjamim. Marcamos uma assembléia do pessoal da AÇOS para a segunda-feira seguinte, na sede do Sindicato. Nesta Assembléia só foi possível o comparecimento de 35 companheiros da AÇOS. Uma ala da diretoria queria decretar greve já no dia seguinte, terça-feira. Eu fui contra, porque estavam envolvidos 151 companheiros e ali só estavam presentes 35. Propuseram então lançar um boletim de denúncia e eu também não concordei, porque não era esta a melhor maneira de conduzir o movimento".

"Eu queria pegar os patrões de calças curtas. Por isso, combati as propostas precipitadas. Enfreitei críticas e acusações dos companheiros da outra ala da Diretoria do Sindicato. Defendi que fosse feito trabalho de pé de ouvido, de boca a boca. Na terça-feira começamos este trabalho, até atingir a todos. Durante este trabalho, a greve foi decidida e marcada para a sexta-feira".

"Marcamos uma audiência com a imprensa, na quinta-feira na sede do Sindicato, quando denunciamos o fechamento da fábrica e comunicamos oficialmente a decretação da greve. Quando cheguei ao

Sindicato neste dia, recebi um recado que o Olívio (diretor da AÇOS) estava doido me procurando. Ele havia dito ao Costa, no telefone: — já sei que vai haver greve e logo agora que está havendo este movimento aqui, eu não encontro o Almerindo; eu preciso falar com ele urgente. Peguei o telefone e falei prá ele: — agora não posso fazer nada, os trabalhadores é que vão resolver".

"Na sexta-feira, a parada estava toda preparada. Cada um sabia o que devia fazer. Os trabalhadores deveriam chegar, bater os cartões, trocar de roupa e parar, protegendo as máquinas, para evitar danos materiais. Primeiro parou a ferramentaria e o pessoal saiu percorrendo a fábrica e parando as outras seções. Em seguida, foi formada a Comissão de Greve."

"Quando a parada se consu-

mou, a diretoria da Empresa apareceu em peso e me perguntou o que estava havendo. Respondi que os trabalhadores tinham resolvido parar até saber como ficaria a situação deles. Avisei que todos os cuidados seriam tomados para evitar perdas materiais. Solicitei aos diretores que saissem da área da fábrica e permanecessem no escritório, para evitar maiores problemas".

"Durante a greve, a participação e apoio foi total. A vigilância à fábrica foi perfeita. A Empresa retirou os ônibus e tivemos que obter o apoio de outras fábricas para carona. Foi cortada a comida e obtivemos doações dos moradores das redondezas. Sobrou comida. Os diretores ficaram isolados dentro do escritório, sem direito nem mesmo a cafezinho. Tinham que fazer suas próprias ligações telefônicas, porque as secretárias e telefonistas também estavam em greve".

"Houve plantão permanente na fábrica, por turnos, para guardá-la e evitar que os trabalhadores fossem acusados de danos nas máquinas. As kombis foram proibidas de sair do estacionamento, para evitar que um eventual acidente resultasse em culpa para os operários. Uma noite, o pessoal deu testa com a polícia, que foi chamada para garantir a saída de uma kombi conduzindo um diretor. A kombi só saiu após muita discussão, negociações e, finalmente, após a aprovação dos operários presentes."

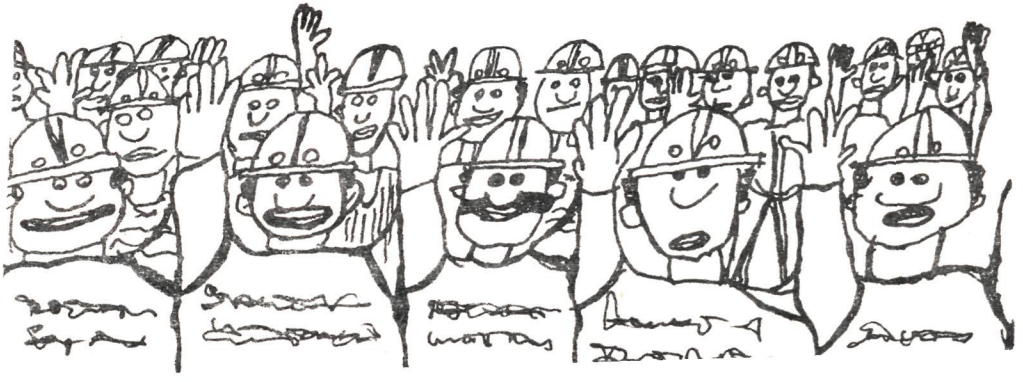
O ACORDO

No quinto dia de greve, a Empresa fez uma proposta de acordo. A desativação final da fábrica se daria em meados de 1985, ficando desde já assegurado aos trabalhadores:

a) indenização adicional correspondente a 5 meses de salário para os que ganhavam até 5 salários-mínimo e de 4 meses para os demais;

b) garantia de assistência médica para todos, durante 8 meses após a demissão.

A proposta foi levada a uma assembléia, onde foi discutida e aprovada pelos trabalhadores. Mas a greve só terminou no oitavo dia, quando o acordo foi completamente concluído e assinado.



ANEXO

A CONVENÇÃO 87 DA OIT

A OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO) é um órgão da ONU. A CONVENÇÃO 87 da OIT versa sobre "Liberdade Sindical e Proteção do Direito Sindical". Foi aprovada na 31ª Sessão da Conferência Geral da OIT, realizada em São Francisco (EUA), em 1948.

Para que entre em vigor num determinado País, a CONVENÇÃO 87 precisa ser *ratificada* (aprovada) pelo governo desse País. Isto já ocorreu em 94 países, incluindo-se aí paises de regime capitalista e regime socialista. Na América Latina, 22 paises já ratificaram. Na América do Sul, isto só não ocorreu ainda em 3 paises: Chile, Venezuela e BRASIL.

A CONVENÇÃO 87 foi encaminhada ao Congresso Nacional do Brasil em 1949, mas ficou perdida nas gavetas durante cerca de 18 anos. Só em 1966 começou a tramitar. Em 1968, um parecer contrário do Ministério do Trabalho bloqueou a sua tramitação. Reapresentada novamente em 1970, ela terminou sendo aprovada pela Câmara Federal, em agosto de 1984. Desde então, está dependendo da aprovação do Senado Federal.

No Brasil, a ratificação da CONVENÇÃO 87 da OIT corresponderia ao atendimento, pelo menos no plano legal, de uma das principais reinvindicações levantadas pelos trabalhadores brasileiros ao longo de sua história de lutas: a reivindicação de liberdade e autonomia sindical.

PRINCIPAIS ARTIGOS DA CONVENÇÃO 87

Artigo 1º Cada membro da Organização Internacional do Trabalho, para o qual a presente Convenção está em vigor, se compromete a tornar efetivas as disposições seguintes.

Artigo 2º Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas.

Artigo 3º 1. As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de elaborar seus estatutos e regulamentos administrativos, de eleger livremente seus representantes, de organizar a gestão e a atividade dos mesmos e de formular seu programa de ação.

2. As autoridades públicas deverão abster-se de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou entravar o seu exercício legal.

Artigo 4º As organizações de trabalhadores e de empregadores não estarão sujeitas à dissolução ou à suspensão por via administrativa.

Artigo 5º As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de constituir federações e confederações, bem como o de filiar-se às mesmas, e toda organização, federação ou confederação terá o direito de filiar-se às organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores.

Artigo 6º As disposições dos artigos 2º, 3º e 4º acima se aplicarão às federações e às confederações das organizações de trabalhadores e de empregadores.

Artigo 7º A aquisição de personalidade jurídica por parte das organizações de trabalhadores e de empregadores, suas federações e confederações, não poderá estar sujeita a condições de natureza a restringir a aplicação das disposições dos artigos 2º, 3º e 4º acima.

Artigo 8º 1. No exercício dos direitos que lhe são assegurados pela presente Convenção, os trabalhadores, os empregadores e suas respectivas organizações deverão da mesma forma que as outras pessoas ou coletividades organizadas, respeitar a lei.

2. A legislação nacional não deverá prejudicar nem ser aplicada de modo a prejudicar as garantias previstas pela presente Convenção.

Artigo 9º 1. A medida segundo a qual as garantias previstas pela presente Convenção se aplicarão às forças armadas e à polícia será determinada pela legislação nacional.

Artigo 10º Na presente Convenção, o termo "organização" significa qualquer organização de trabalhadores ou de empregadores que tenha por fim promover e defender os interesses dos trabalhadores ou dos empregadores.

Artigo 11º Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho, para o qual a presente Convenção está em vigor, se compromete a tomar todas as medidas necessárias e apropriadas para assegurar aos trabalhadores e aos empregadores o livre exercício do direito sindical.

cadernos do cepas:

1 – O QUE É UM SINDICATO OPERÁRIO?

2 – AS GREVES DA CESMEL E DA AÇOS DO BRASIL

a sair:

3 – MEMÓRIA DAS LUTAS NA EQUIPETROL

4 – A OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA NA BAHIA

CEPAS
CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E ASSESSORIA SINDICAL
CAIXA POSTAL 7003 PITUBA
40.000 – SALVADOR BA